

Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **330920**

Classificação  
**050502**

Data  
**09/10/30**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /XI ( .ª)
- PERGUNTA Número 83 /XI ( 1 .ª)

Expeça-se
Publique-se
2009/11/02
O Secretário da Mesa

*[Handwritten signature]*

**Assunto: Situação na empresa Império Pneus, Parque Industrial de Sobreposta, Braga**

**Destinatário: Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento** *Por determinação de S.E. L.P.A.R., à  
Sra. Secretária da Mesa*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

**09.10.30**  
*[Handwritten signature]*

No Plenário de trabalhadores da empresa em epígrafe, realizado a 9 de Outubro passado, tomámos conhecimento da situação de instabilidade económico-social que há meses atinge a empresa, com quebras de produção e não cumprimento da suas obrigações para com os trabalhadores. Nomeadamente, parte dos trabalhadores tinha 50% do salário de Agosto por receber, e a totalidade não tinha recebido subsídio de férias e os salários de Setembro. Os trabalhadores tinham igualmente sido convidados a entrar de férias por tempo indeterminado. Nesta data têm por receber o subsídio de férias e encontram-se em casa, segundo comunicação da empresa, em férias.

Segundo as suas informações, a empresa não estava a ser capaz de responder às encomendas por falta de abastecimento de matérias-primas, avarias nas máquinas, não resolvidas por falta de aquisição de suplentes, falta de nafta, etc..

A situação dever-se-ia a um processo de transferência da propriedade da empresa de um grupo português para um grupo espanhol, de que até à data desconheciam o nome, e sobre o qual não lhes tinha sido dada qualquer informação.

Apesar das promessas dos novos proprietários de não haver despedimentos, são naturalmente grandes a intranquilidade e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, sem receber, até à data, salários e subsídios vencidos.

Refira-se como particularmente grave e ofensivo da dignidade dos trabalhadores o desenrolar de um processo de venda da empresa sem ser dada qualquer informação, nomeadamente às organizações sindicais.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

Que avaliação e informação têm os Ministérios da Economia e Inovação e do Trabalho e da Solidariedade Social da situação da referida empresa? Como é possível que uma situação afectando gravemente a vida dos trabalhadores se tenha desenvolvido sem qualquer intervenção das autoridades com responsabilidade de tutela?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Como é avaliada a legalidade do comportamento da empresa, nomeadamente na declaração (unilateral e compulsiva) de férias? Quem é o Grupo Espanhol adquirente da empresa?

Que ajudas recebeu a referida empresa no contexto dos sucessivos programas de incentivos empresariais ao longo dos três Quadros Comunitários de Apoio?

Que medidas estão tomadas para garantir aos trabalhadores o imediato pagamento dos vencimentos em dívida?

Qual a situação da empresa em matéria de fisco e de contribuições para a segurança social?

Palácio de S. Bento, 29 de Outubro de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes